



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

As relações internacionais do Brasil no governo João Goulart (1961-1964): leituras sobre a Política Externa Independente¹

Charles Sidarta Machado Domingos²

Resumo

Este artigo aborda a escrita da História da Política Externa Independente (PEI) do governo João Goulart com o contexto da Guerra Fria. Dessa forma, procuramos realizar uma análise historiográfica de alguns trabalhos que privilegiaram em diversos graus as relações internacionais do Brasil no período, bem como seus desdobramentos internos. A temporalidade da análise teve início na produção realizada a partir da década de 1960, percorrendo as décadas de 1970, 1980 e 1990, até chegar aos anos 2000. Autores expressivos de cada uma dessas décadas serão trabalhados por nós, tais como José Honório Rodrigues e Nilo Odália, que escrevem seus trabalhos ainda no calor dos acontecimentos; Luiz Alberto Moniz Bandeira, com sua perspectiva marxista/trabalhista de fins dos anos 1970; Pedro Sampaio Malan, com sua visão liberal de economia, e Tania Quintaneiro, com um trabalho de exaustiva pesquisa empírica, são os representantes da década de 1980; nos anos 1990, num contexto internacional no qual a Guerra Fria já era um tempo passado, Paulo Vizentini analisa a Política Externa Independente pelo enfoque do desenvolvimento e do nacionalismo; e no início desse novo século e milênio, Clodoaldo Bueno observa aqueles acontecimentos pelo prisma das relações internacionais.

Palavras-chave: governo João Goulart; Política Externa Independente; Guerra Fria.

Abstract

This article discusses the writing of the history of Política Externa Independente (PEI) of the João Goulart government in the context of the Cold War. Thus, we try to perform historiographical analysis of some studies which have focussed on various degrees international relations of Brazil and its internal ramifications. The temporality of the analysis began in the output from the 1960s, covering the 1970, 1980 and 1990, until the years 2000. Authors expressive of each of these decades will be worked out by us, such as Jose Honorio Rodrigues and Nilo Odália, who write their works still in the heat of the moment; Luiz Alberto Moniz Bandeira, with its perspective marxist/ labourite of the late 1970s, Pedro Sampaio Malan, with its vision of liberal economics, and Tania Quintaneiro, with an exhaustive work of empirical research, are the representatives of the 1980s; in the 1990s in the international context in which the Cold War was a time past, Paul Vizentini analyzes the Política Externa Independente focus of the development and nationalism; and the beginning of this new century and millennium, Clodoaldo Bueno believes observes those events through the prism of international relations.

Key-words: João Goulart governemnt's; Política Externa Independente; Cold War.

Introdução

Os primeiros anos da década de 1960 no Brasil foram um período de intensa vida social. Permeados pelo nacionalismo, aqueles anos foram marcados por uma efervescência na

cultura, na política e na economia. Parecia que o país finalmente estava começando a superar o subdesenvolvimento: as reformas de base eram a palavra de ordem do período.

No quadro da Guerra Fria, o Brasil procurava se colocar como uma nação independente. A busca dessa autonomia nas relações internacionais tomou um novo impulso a partir da Política Externa Independente (PEI). Implementada no curto governo Janio Quadros, a Política Externa Independente foi sistematizada e aplicada no governo João Goulart, momento no qual as lutas sociais no país se intensificaram de forma inédita até então.

As diretrizes teóricas da Política Externa Independente e suas conseqüentes aplicações é que serão objeto de estudo deste artigo. Propomos realizar, portanto, uma análise sobre a produção historiográfica brasileira acerca da Política Externa Independente utilizando algumas obras que consideramos significativas tanto no plano da reflexão sobre a própria Política Externa Independente e suas relações com a Guerra Fria, quanto da relação da Política Externa Independente com os acirrados conflitos em torno da *conquista do Estado*, na feliz expressão de René Dreifuss, durante o governo de João Goulart.

Os tempos da Guerra Fria

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, o mundo passou a ter uma nova correlação de forças políticas, econômicas, sociais e culturais. De um mundo multipolar, modificou-se para um sistema no qual apenas duas potências teriam a hegemonia planetária: os Estados Unidos da América do Norte (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Embora houvesse uma superioridade inicial dos Estados Unidos, que saíram da Segunda Guerra Mundial como os grandes vitoriosos – principalmente por não terem sido parte dos palcos do conflito e por contarem com a tecnologia da Bomba Atômica – a União Soviética, mesmo terminando a guerra devastada econômica e demograficamente, constituiu o horizonte maior de oposição ao modo de vida estadunidense.

Dessa maneira os Estados Unidos perceberam que a URSS estava em processo avançado de reconstrução. Ademais, com a saída inglesa da Grécia em razão da falta de recursos para continuar interferindo na guerra civil, poderia haver, na ótica estadunidense, um reforço da influência soviética que já – ainda em conformidade com os EUA – estava em curso na Turquia e no Irã, além da implantação do comunismo na Iugoslávia. Dessa forma, o temor psicológico do que representaria uma vitória soviética nesse contexto foi o pretexto

para a estratégia de contenção que “estava baseada na suposição de que a URSS era um inimigo intratável do Ocidente e de que a ideologia comunista e os interesses tradicionais da Rússia tinham produzido um sistema de pensamento e de ação inerentemente antagônico ao resto do mundo”. (TARR, 1966, p. 25)

Apenas três semanas depois da notificação inglesa de não poder continuar auxiliando a Grécia e a Turquia, o presidente dos EUA se dirigiu ao Congresso e pediu novas dotações orçamentárias para sua política externa, baseada na tentativa de contenção à URSS, e que ficou conhecida como Doutrina Truman. O eixo dessa doutrina é que estavam em jogo dois sistemas alternativos de vida, sendo que:

Um sistema de vida é baseado na vontade da maioria e é caracterizado por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias da liberdade individual, liberdade de palavra e de religião e ausência da opressão política. O segundo sistema de vida baseia-se na vontade de uma minoria imposta à força sobre a maioria. Apóia-se no terror e na opressão, numa imprensa e numa rádio controladas, em eleições marcadas e na supressão das liberdades individuais. Acredito que deva ser a política dos Estados Unidos apoiar povos livres que estão resistindo às tentativas de dominação de minorias armadas ou as pressões externas (HARRY TRUMAN *apud* TARR, 1966, p. 26).

Com essas palavras, os Estados Unidos se colocavam como os defensores do Mundo Livre em oposição aos soviéticos, referidos por Truman como *terroristas, opressores, controladores* e *supressores* da democracia. Dessa forma, o presidente estadunidense tentava ultrapassar, ao nível do discurso, a oposição capitalismo *versus* comunismo, para uma outra relação de oposição, baseada na democracia *versus* autoritarismo, para, dessa forma, resgatar os valores democráticos da Segunda Guerra Mundial, que visava libertar o mundo dos autoritarismos e totalitarismos promovidos pelo Eixo. Estava inaugurada a Guerra Fria.

E é dentro dessa nova lógica política, implementada pela Doutrina Truman, que o Brasil se inseriu na Guerra Fria. Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas em 1945, enfraquecida pela vitória dos Aliados e pela contradição de o país lutar externamente contra um tipo de governo que existia internamente, assumiu a presidência do país o General Eurico Gaspar Dutra, eleito democraticamente pelo Partido Social Democrático (PSD).

Foi no governo Dutra que se realizou, em agosto e setembro de 1947, o Tratado Interamericano de Aliança Recíproca (TIAR), também conhecido como “Pacto do Rio de Janeiro”, segundo Leslie Bethell, “às vezes chamado primeiro pacto da Guerra Fria”. (BETHELL, 1996, p. 100) Através desse Tratado, os países do continente americano se comprometeram a auxiliar uns aos outros em caso de invasão externa ao continente, o que dava uma maior margem legal para os EUA intervirem nos seus vizinhos, dado que

difícilmente estaria realmente contando com o apoio desses países para a sua proteção em caso de invasões militares no seu país protagonizadas por seus adversários socialistas. Afora a assinatura do TIAR, o governo Dutra cassou o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e rompeu relações diplomáticas com a URSS³. Dutra administrava o país ainda com os olhos voltados para a política de Boa Vizinhança implementada por Franklin Delano Roosevelt nos anos 1930, considerando o Brasil como amigo privilegiado dos Estados Unidos, realizando, dessa forma, seu governo uma política de alinhamento automático com os Estados Unidos.

Findo o Governo Dutra, foi eleito presidente do país Getúlio Vargas, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na conjuntura de início dos anos 1950, no plano maior da Guerra Fria, a URSS já estava em pé de igualdade com os EUA no setor nuclear, pois desde 1949 já contava com a Bomba Atômica. E, no mesmo ano de 1949, a China realizou sua Revolução Comunista, pendendo, ao menos teoricamente, para o lado dos soviéticos. Nesse contexto, Vargas, tomando medidas opostas às de seu antecessor – com um nítido caráter nacionalista-econômico⁴ – criou a Petrobrás e escolheu João Goulart (Jango) para Ministro do Trabalho, criando grandes reservas da oposição, especialmente da União Democrática Nacional (UDN).

Com o suicídio do presidente Vargas em agosto de 1954, o país passou por um breve período de retorno do alinhamento automático com os estadunidenses no governo Café Filho. Houve eleições no ano de 1955 – o mesmo ano no qual houve a Conferência de Bandung, na Indonésia, onde alguns países, com destaque para Egito, Indonésia, Índia e Iugoslávia procuravam uma alternativa à bipolaridade⁵ – e saíram vitoriosos os candidatos da aliança PSD-PTB, com Juscelino Kubitscheck (JK) e João Goulart, presidente e vice-presidente, respectivamente. Após uma mal sucedida manobra golpista tentando impedi-los de tomar posse, contornada pelo General Henrique Teixeira Lott, os dois assumiram o poder em janeiro de 1956. No governo JK, o Brasil não manteve o alinhamento automático com os EUA, preferindo um modelo nacional–desenvolvimentista, com o propósito de industrialização do país, para fazer o Brasil, segundo seu lema, “crescer cinquenta anos em cinco”

Ainda no período de governo do presidente Juscelino Kubitscheck, no ano de 1959, tem efeito, numa pequena ilha há muito subordinada aos Estados Unidos, a Revolução Cubana. Iniciada como “um movimento antioligárquico que se torna antiimperialista e acaba, finalmente, rompendo com o próprio capitalismo” (GUAZZELLI, 1993, p. 14), ela se tornou um importante paradigma para todos os movimentos de contestação latino-americanos. Se a

Guerra Fria iniciou na América Latina com a assinatura do TIAR, em 1947, é com a Revolução Cubana de 1959 que ela toma uma nova dimensão no subcontinente, configurando novamente condições de uma maior barganha para os interesses nacionais, dessa vez no quadro da Guerra Fria.

Nessa nova fase da latino-americanização da Guerra Fria foi eleito presidente do Brasil Jânio Quadros, com o apoio da UDN, e vice-presidente João Goulart, pelo PTB, pois naquela época votava-se separado no presidente e no vice-presidente. No seu curto governo – assumiu em 31 de janeiro e renunciou a 25 de agosto – o presidente implementou a Política Externa Independente (PEI), sob orientação do ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco. Embora realizasse um governo conservador na política interna, as propostas de política externa eram progressistas. O Brasil chegou, inclusive, a participar como observador na Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados, realizada em Belgrado, na Iugoslávia. Segundo Thomas Skidmore, Jânio Quadros “impressionara-se com a tentativa de várias nações em desenvolvimento, como o Egito, de encontrar um caminho intermediário entre o Ocidente e o Comunismo, para atingir o desenvolvimento.” (SKIDMORE, 2000, p. 141)

Medidas importantes para a implementação da Política Externa Independente foram realizadas por Jânio Quadros que reatou relações diplomáticas e comerciais com países socialistas como a Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia; buscou uma aproximação com a União Soviética;⁶ apoiou as independências de Angola e Moçambique; fez contatos com a China Comunista através do vice-presidente João Goulart; condecorou o primeiro cosmonauta, o soviético Yuri Gagarin (autor da célebre frase: *A Terra é azul*) e o revolucionário Ernesto “Che” Guevara; buscou a realização da Universíade-63 para o Brasil. Ou seja, no contexto planetário da Guerra Fria, o Brasil buscava uma nova forma de inserção.

Com a renúncia de Quadros se instaurou uma crise de sucessão. Alguns setores políticos, somados aos ministros Militares, não consideravam pertinente a posse do vice-presidente Goulart, dado seu passado em prol das forças nacionalistas. Houve um impasse que só foi resolvido através da Campanha da Legalidade que garantiu a posse, embora em um novo sistema político, o parlamentarismo. Nessa nova conjuntura, foram escolhidos como primeiro-ministro Tancredo Neves, do PSD, e como ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, do PTB.

Foi San Tiago Dantas quem deu substância à Política Externa Independente, estabelecendo como suas principais diretrizes:

A) contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; B) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; C) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; D) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole (DANTAS, 1962, p. 6).

A aplicação dessas diretrizes teóricas permitiu um campo de ação no qual a PEI se destacou, tanto interna como externamente. A partir da conjugação de seus pressupostos teóricos com suas realizações práticas, a Política Externa Independente se tornou objeto da escrita da História, a partir mesmo de seus contemporâneos nos anos 1960.

Anos 1960

As primeiras reflexões acerca da Política Externa Independente foram elaboradas ainda no calor dos acontecimentos. José Honório Rodrigues sistematizou em estudo intitulado *Uma política externa própria e independente*, editado em 1965⁷, dois artigos datados do ano de 1962 e publicados no *Jornal do Brasil*.

O autor aludiu ao fato de no período imperial ser usual a absorção do político pelo jurídico nas relações internacionais e criticou esse modelo de política externa. Acreditava na politização da política externa como instrumento de desenvolvimento do país em bases nacionalistas, o que ficou claro quando escreveu que “não somos contra ninguém, somos, apenas, a favor de nós mesmos, como povo que aspira ao progresso econômico e à justiça social” (RODRIGUES, 1965, p. 33).

A criação da Operação Pan-Americana (OPA) no governo Juscelino Kubitschek é vista por Rodrigues como uma inovação, por “ligar as necessidades internas às diretrizes internacionais” (RODRIGUES, 1965, p. 32). No entanto, José Honório critica-a por não conseguir se desvencilhar da subordinação aos Estados Unidos⁸ e por ter um caráter essencialmente regional. Essas deficiências Rodrigues vê supridas pela PEI, através de sua tentativa de mundialização com a:

própria mudança de nossa posição-chave na chamada área livre ocidental, permite-nos uma liberdade de ação que não tivemos oportunidade de possuir até então. Essa posição conduz-nos a uma política de ajustamento que respeite o regionalismo hemisférico, não desvalorize os objetivos intercontinentais, amplie o comércio e as relações políticas, recuse os comprometimentos absolutos e assegure os interesses do regime representativo e da defesa da paz (RODRIGUES, 1965, p. 39).

Também o apoio das camadas médias e trabalhadoras à PEI é vista como algo importante pelo autor, considerado como “sem estranheza, o ponto nevrálgico da política brasileira” (RODRIGUES, 1965, p. 37). O envolvimento dele com o projeto nacionalista-econômico fica ainda mais evidente quando o autor afirmou que existiu uma disputa pela política externa “porque na área internacional se decide também o progresso nacional”(RODRIGUES, 1965, p. 38).

Por fim, é possível depreender do texto de José Honório Rodrigues a recuperação e o resgate da tradição da política externa brasileira através de alguns pontos que fundamentam a PEI, como *pacifismo, legalismo, não-intervenção, autodeterminação, anticolonialismo, direito à política própria*, colocando-a como elemento de desenvolvimento nacional. Criticou a OPA, por seu caráter regional e por sua subordinação aos EUA, e viu na PEI o avanço em direção à mundialização da política exterior brasileira e sua independência, além de ter mostrado sua base de apoio popular, quebrando o elitismo da política externa.

Ainda nos anos 60, encontramos a análise de Nilo Odália, porém já em um período no qual a ditadura civil-militar estava consolidada, no ano de 1968⁹. Ele realizou sua análise num quadro mais amplo em nível geopolítico (quadro da Guerra Fria) do que José Honório Rodrigues; porém, não se preocupou tanto com as bases dos fundamentos da PEI. Analisando o período de 1945 a 1964, fez a seguinte constatação:

Se nos primeiros anos, nossa política diplomática é quase sempre o reflexo da conjuntura internacional, já, em seus últimos anos, as considerações atinentes aos problemas internos, no que se refere ao desenvolvimento econômico e à industrialização, possibilitam uma reviravolta consubstanciada na chamada *política externa independente* (ODÁLIA, 1988, p. 350).

Na sua análise, a PEI é um instrumento da política nacionalista-econômica brasileira, que visa, portanto, ao desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais. Ele segue a linha de José Honório ao fazer a crítica à OPA, embora enfatize mais a subordinação aos Estados Unidos (EUA) do que seu caráter regional. Percebe o insucesso da OPA no fato de que, para os EUA, a amizade da América Latina ainda era uma certeza, o que só seria modificado com a Revolução Cubana, considerada como causa da proposição da “Aliança Para o Progresso”, do presidente John Kennedy¹⁰.

Odália encerrou seus argumentos observando o deslocamento do eixo da política externa, em razão da PEI, ter se realizado de fora para dentro, ou seja, deixasse de atender aos interesses dos dois sistemas econômico-sociais conflitantes e passasse a suprir as demandas dos interesses internos, o que só foi possível mediante um firme apoio popular. Os grupos

internos e externos que foram atingidos por essa mudança procuraram reagir, advertindo que o governo João Goulart não soubera garantir a defesa dos interesses da nacionalidade¹¹.

Anos 1970

Embora não trate diretamente do tema, Luiz Alberto Moniz Bandeira fez observações pertinentes na sua análise sobre o governo João Goulart. Constatou os avanços da PEI na gestão de Goulart em relação à de Jânio Quadros¹², observando os temores e a oposição em relação ao rumo da política externa que se manifestavam no PSD, na UDN e nos círculos militares. Em oposição a Nilo Odália, que enaltecia a PEI sob comando de San Tiago Dantas¹³, mas criticava o presidente, Moniz Bandeira defendia João Goulart, ao colocar a PEI como produto de governo, não de um homem só¹⁴. Moniz Bandeira também avançou ao demonstrar que, nas eleições de 1962, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) interveio na campanha eleitoral, financiando candidaturas “de elementos reacionários, que assumiam o *compromisso ideológico* de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária, bem como a política externa independente do Governo brasileiro” (MONIZ BANDEIRA, 1977, p. 68). E, embora a questão dos mísseis em Cuba, em 1962, fosse o ponto alto da defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção da PEI em oposição aos EUA, isso não foi motivo de constrangimentos, conforme demonstrou Moniz Bandeira:

A diplomacia de Goulart não se resumiu a condenar as ofensas à soberania nacional e ao direito de autodeterminação de Cuba. Identificada com o Terceiro Mundo, ela visou a criar condições para que o Brasil expandisse e diversificasse seu mercado exterior. Dentro desse princípio, o Governo de Goulart estabeleceu relações comerciais com a República Popular da China e se voltou para os países da África e da América Latina, ampliando, tanto quanto possível, o intercâmbio com o Bloco Socialista (MONIZ BANDEIRA, 1977, p. 115).

O autor também realizou uma observação original, a de que o último ministro das Relações Exteriores de João Goulart, Araújo Castro, célebre pelo discurso dos *3 Dês* (Desenvolvimento, Descolonização, Desarmamento) na XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas, teria traído o presidente¹⁵. Araújo Castro foi o único dos ministros das Relações Exteriores de Jango que pertencia aos quadros do Itamaraty¹⁶, não sendo, portanto, homem de afinidades partidárias com o presidente. Por fim, Moniz Bandeira colocou como elemento de mobilização da sociedade contra o governo Jango o comunismo, mas como sendo esse comunismo uma invenção:

Os oficiais não estão contra o seu Presidente, mas, sim, contra o “comunismo”. O comunismo. Eis a chave da questão. Que era, porém, o comunismo? Havia soviets no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Não. Goulart se propunha a abolir a propriedade privada dos meios de produção? Não. O comunismo era o CGT [Comando Geral dos Trabalhadores], esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes dominantes, pretendendo comprimir os salários, queriam interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores (MONIZ BANDEIRA, 1977, p. 178).

Tudo o que contrariava os interesses do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e do empresariado era identificado e condenado como “comunismo”. Nessa ótica, podemos entender que a PEI também era taxada de comunista, o que justifica as ponderações de que “política independente não é política comunista” (RODRIGUES, 1965, p. 38).

Anos 1980

Pedro Sampaio Malan, quando tratou das relações internacionais do Brasil no período de 1945 a 1964, enfatizou “o fato de que é impossível analisar política econômica externa e relações internacionais de um país sem vinculá-las a transformações sociais e econômicas internas” (MALAN, 1995, p. 71). Dessa forma, ele considerava, diferentemente dos autores anteriormente citados, que a OPA tinha virtudes por estar relacionada ao projeto nacional-desenvolvimentista proposto por Juscelino Kubitschek, embora também tenha reconhecido que os EUA continuaram sem dar a ajuda que o Brasil esperava. O autor também se contrapõe aos anteriores quando afirmou que já no governo JK a política externa tinha um caráter senão mobilizador, ao menos de interesse da vida nacional.

Mesmo assim, o próprio autor admitiu que o único resultado prático da OPA foi a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e isso em razão do beneplácito estadunidense. Tendo em vista as obras analisadas parece temerário comparar a OPA com a PEI, pois o único fator comum é o de ambas estarem vinculadas ao capitalismo, dado que as formas de capitalismo que cada uma delas pretendia desenvolver era muito distinta. Enquanto a OPA se contentava com um projeto de capitalismo nacional-desenvolvimentista, a PEI era uma vertente do nacional-reformismo, dentro do projeto nacionalista-econômico.

A forma de o autor entender a PEI não trouxe inovações em relação aos estudos anteriores. Malan percebeu-a como uma conjugação de três fatores, a saber: 1º – a retomada da OPA após o surto do desenvolvimentismo associado; 2º – o nacionalismo casado com a política externa, somado ao apoio popular e; 3º – a mundialização¹⁷ da política externa em razão da conjuntura internacional. Malan afirmou que a oposição à PEI se deu em função principalmente do caso de Cuba, mas também do Leste Europeu e, em menor dimensão, da África e da China¹⁸.

Em compensação, passado o ano de 1962, o autor não percebeu a PEI como fator de desestabilização política, pois ela estaria passando a um plano secundário:

A situação política interna do Brasil após fins de 1962 deteriorar-se-ia rapidamente, a ponto de fazer com que as críticas, norte-americanas e internas, à política externa independente passassem a um plano secundário. A arena política relevante é, naturalmente, apenas a interna, para a qual se deslocam progressivamente os argumentos maniqueístas da guerra fria que contribuiriam entre outros fatores para o desfecho da crise de março de 1964 (MALAN, 1995, p. 99).

De acordo com Pedro Malan, que considerou o caso de Cuba o mais exponencial episódio da PEI, Tânia Quintaneiro desenvolveu um estudo muito bem documentado com pronunciamentos diplomáticos, parlamentares e notícias de jornais da época sobre a questão cubana. Embora a visão de mundo dos dois autores seja bastante diversa, eles têm alguns pontos de concordância, como a forma de entenderem, a partir de José Honório Rodrigues, que na área internacional decide-se também o progresso nacional. Além disso, também perceberam o papel catalisador que Cuba exerceu sobre a realidade política brasileira e latino-americana, fazendo despertar o gigante adormecido do Norte. Da mesma forma, entenderam de maneira bastante semelhante a relação da OPA como sendo a gênese da PEI.

Mas há distinções importantes entre estes dois trabalhos. Uma delas foi o papel das esquerdas, analisado por Quintaneiro. Ela demonstrou como as esquerdas nunca aceitaram a OPA, em razão de seu caráter associado ao imperialismo, e como viam com bons olhos as diretrizes da PEI, principalmente em razão de Cuba e da União Soviética. A autora abordou também a diferença em como os setores conservadores, especialmente os militares, percebiam a PEI no governo de João Goulart:

A ideia de um Presidente petebista fazia surgir entre os militares o temor de que o processo político se radicalizasse – e conseqüentemente também a política externa brasileira – além dos limites considerados suportáveis pela corporação (QUINTANEIRO, 1988, p. 62).

A autora apontou dados semelhantes aos descritos por Moniz Bandeira sobre as eleições parlamentares de 1962 e o financiamento norte-americano aos candidatos de oposição ao governo. Sintetizando a importância da PEI na disputa entre os projetos político-sociais em voga no período, Quintaneiro asseverou:

A política externa independente transformou-se no mais nítido divisor de águas entre os grupos internos, especialmente nos itens referentes a Cuba e aos países socialistas. De um lado, alinhavam-se os setores anti-imperialistas, favoráveis à coexistência com os países socialistas e ao direito de autodeterminação do povo cubano; de outro, os anticomunistas que defendiam a solidificação da aliança com os EUA e concordavam com sua política de isolar Cuba (QUINTANEIRO, 1988, p. 108).

Embora não corrobore com a observação de Malan de que, após 1962, a PEI se deteriorou rapidamente, Quintaneiro percebeu que “os grupos conservadores, cada vez mais e melhor organizados, radicalizavam sua oposição ao governo, o que contribuiu para que a administração de Goulart moderasse certos aspectos sobre a política externa independente” (QUINTANEIRO, 1988, p. 108). E, assim como Moniz Bandeira, embora de forma mais branda, ela também demonstrara reservas em relação ao chanceler Araújo Castro:

O discurso de posse do novo Ministro das Relações Exteriores, o diplomata de carreira João Augusto de Araújo Castro, em 23 de agosto de 1963, abordou questões como a do desarmamento e das relações entre o comércio internacional e o desenvolvimento econômico, mas, apesar de sustentar a necessidade de que o Brasil mantivesse solidariedade diante dos problemas comuns latino-americanos, não colocou qualquer ênfase na questão cubana. (QUINTANEIRO, 1988, p.108).

A autora chama atenção, portanto, sobre uma tentativa expressa pelo discurso de Araújo Castro de, senão despolitizar a política externa, ao menos de destensioná-la, retirando possíveis focos de radicalização que ela pudesse oferecer aos grupos em embate no período.

Anos 1990

Nos anos 90, diante de uma nova ordem mundial na qual não mais havia a divisão do mundo em Leste-Oeste, encerrada com a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS, e tendo como projeto hegemônico o capitalista, Paulo Vizontini realizou uma abordagem em profundidade sobre a PEI. Comparando sua análise com a de Nilo Odália no enquadramento da política externa brasileira nas relações internacionais próprias da Guerra Fria e com o surgimento do Terceiro Mundo, podemos perceber que houve uma ampliação qualitativa. Uma das ideias centrais do trabalho de Vizontini, e que constituiu seu grande avanço, é a que remonta às origens da PEI. Discordando tanto de Malan quanto de Quintaneiro, que viam as

origens da PEI na OPA, o autor percebeu a gênese da PEI no segundo governo Vargas (1951-1954), pois:

Iniciar o estudo dessa fase em 1951 justifica a Política Externa Independente, sem desconsiderar-se outros fatores, vincula-se estreitamente a um modelo de desenvolvimento industrial por substituição de importações, que tanto em seus aspectos econômicos como político-diplomáticos apresenta uma certa unidade enquanto problema histórico entre 1951 e 1964 (VIZENTINI, 1995, p. 53).

Destarte, o autor, ao longo do texto, procurou demonstrar como a PEI se remonta ao segundo governo de Vargas,¹⁹ e que já nesse período “os temas da política externa começam a ter um peso progressivo na vida nacional, entrando para o centro do debate e sendo diretamente influenciada por grupos não ligados aos aparelhos de Estado”, (VIZENTINI, 1995, p. 98) contrastando com Honório, Odália, Malan e Quintaneiro, que viam, em maior ou menor grau, serem a OPA ou a PEI os propulsores do debate da política externa pelos setores nacionais. É importante ressaltar que, mesmo vindo no segundo governo Vargas o indutor das discussões sobre a política externa, o autor reconheceu que a “Política Externa Independente empolgava os segmentos da esquerda e do nacionalismo” (VIZENTINI, 1995, p. 179-180), indo na mesma linha dos autores anteriormente citados em relação ao apoio popular e das esquerdas à Política Externa Independente. E, embora por vezes sejam dados elementos de mundialização no período da OPA, Vizentini definiu-a em moldes bastante semelhantes aos de Honório quanto ao seu caráter regional e alertando sobre seu potencial de barganha para com os EUA²⁰.

Vizentini separou a PEI em três fases²¹, sem, no entanto, ter ocorrido alterações significativas em seus princípios ideológicos básicos, no período de 1961 a março de 1964. Para o autor, o que definiu esse teor de continuidade foi o fato de a PEI ter sido, acima de tudo, uma política externa para o desenvolvimento, visando à superação, através das relações externas, dos entraves que obstaculizavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil dentro do projeto nacionalista econômico. E, nessa perspectiva, ele estudou a política externa brasileira no período 1951-1964 dentro de seu caráter de barganha diplomática com os EUA, pois nem Vargas, nem Kubitschek, tampouco João Goulart queriam, além de não terem tido condições, um rompimento com os EUA²².

Na sua análise das bases da PEI, é sobremaneira importante a consideração acerca do papel da descolonização. Esse princípio ganhou um notável avanço nessa obra, superando a visão estritamente moral dos autores anteriormente citados em relação às mazelas da colonização e passando a mostrar que:

O Brasil desejava o aprofundamento do processo de descolonização, por necessidades de ampliação de sua influência política junto aos novos países, e também para uma nova esfera de atuação econômica, visando exportar seus produtos manufaturados e contornar certos privilégios alfandegários inerentes à situação colonial (VIZENTINI, 1995, p. 203).

Quanto aos pontos da autodeterminação dos povos e não-intervenção, o autor concordou com Quintaneiro que a defesa de Cuba pelo chanceler brasileiro na Crise dos Mísseis estava relacionada ao medo de medidas semelhantes poderem ser tomadas a outros países, inclusive o Brasil, portanto, não sendo conveniente permitir esse tipo de precedentes. No entanto, Goulart acabou declarando apoio aos EUA em relação à proibição de manter armamento nuclear em Cuba, vitimado por pressões de toda ordem, internas e externas.²³ Essas pressões fizeram com que Jango precisasse demonstrar a todo momento que não era esquerdista,²⁴ o que prejudicou a PEI, fazendo com que houvesse um refluxo, como apontado por Malan, em especial pela Crise dos Mísseis, inviabilizando a barganha nacionalista em relação aos EUA. É dentro desse refluxo que, em 1963, assumiu a chancelaria Araújo Castro.

O novo ministro das Relações Exteriores proporcionou um novo sentido à PEI. Refutou o Neutralismo,²⁵ em razão da nova conjuntura internacional aberta com o episódio cubano dos mísseis nucleares e despolitizou a política externa, dando a ela um caráter mais técnico, portanto, pragmático, como bem observado por Vizentini:

Desta forma, destaca-se apenas o plano econômico da relação com o Leste Europeu. No plano político, pode-se observar mesmo um retrocesso (...) a visita ao Brasil, no mesmo mês, do líder iugoslavo, Marechal Tito, evidenciou as dificuldades do governo em suas relações com o Leste Europeu. Tito, que visitava países latino-americanos, busca ampliar o intercâmbio comercial e obter apoio à política de não-alinhamento (VIZENTINI, 1995, p. 276).

Por fim, visivelmente influenciado por Moniz Bandeira, o autor observou na gestão de Araújo Castro um refluxo da PEI.²⁶ A despolitização da política externa descaracterizava sua vinculação ao projeto nacional-reformista de João Goulart e de San Tiago Dantas, transformando-a, dentro de uma visão estritamente economicista, em um balcão de negócios, no qual não se permitia a barganha, tornando-se, assim, um conjunto de negociações sem caráter de iniciativa, apenas burocratizado, impossibilitando, destarte, melhores opções de comércio.

Anos 2000

É de 2002 a segunda edição atualizada do livro *História da Política Exterior do Brasil*, lançado originalmente em 1992 e que se tornou obra introdutória de referência obrigatória sobre o tema da História das Relações Internacionais. Neste livro, coube a Clodoaldo Bueno analisar a Política Externa Independente.

O artigo traz contribuições importantes, seja pela perspicácia de análise, seja pelo ineditismo de algumas posições, em especial quando relacionada a PEI com a África. Porém, assim como Nilo Odália, quando trata do período João Goulart, Bueno dá uma ênfase demasiada ao papel de San Tiago Dantas na condução da Política Externa Independente, como podemos observar quando ele observa que “uma das questões que mais catalisou atenções nas discussões sobre a política externa na gestão Jânio/Afonso Arinos e prolongou-se na de San Tiago Dantas na pasta das Relações Exteriores (...)” (BUENO, 2002, p. 318), subtraindo, dessa forma, a PEI como proposta de governo e lhe dando um caráter personalista. Talvez, uma das explicações para essa análise, esteja no uso intenso do livro escrito por San Tiago Dantas como fonte para o capítulo, mesmo que dele se tenha extraído contribuições valiosas.

Assim como Paulo Vizontini, o autor remonta as origens da PEI ao segundo governo Vargas, diferindo dos demais trabalhos analisados aqui até então. E, de forma semelhante a Rodrigues, Malan e Vizontini, Clodoaldo Bueno destaca o caráter universal da PEI – embora assevere que isso não faz com que ela perca o interesse pelo espaço hemisférico–contrastando-a com a Operação Pan-Americana que tinha uma posição regional²⁷.

Assim como Malan e Quintaneiro evidenciaram, em diferentes graus, o papel de destaque exercido pelas relações com Cuba, Bueno confirma que foi a pequena ilha latino-americana – e acrescenta a URSS – que motivaram as maiores polêmicas acerca das propostas e dos fantasmas que rondavam a PEI. Os setores de oposição, a partir de um sentimento anticomunista internalizado, utilizaram-se dessas situações como forma de desestabilizar o governo Goulart. Embora Clodoaldo Bueno em mais de um momento tenha afirmado que a Política Externa Independente não era motivada por simpatias ideológicas, em consonância com todos os autores citados anteriormente neste trabalho, mas sim pelos propósitos de desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais, o apoio popular à PEI deve ser entendido, como alertou Quintaneiro, também ao sentimento anti-imperialista que ecoava no

mundo no período. No entanto, bem nos lembra Bueno que a política externa era alvo de disputas no período, não sendo, portanto, terreno para unanimidades:

Publicação oficial do Itamaraty sobre a atuação do Brasil em Punta del Este incluiu as manifestações de apoio da opinião pública enviadas ao ministro San Tiago Dantas. A lista de tais manifestações de pessoas e entidades é vasta e tem data posterior à VIII Reunião de Consulta. As manifestações vieram de pessoas, individualmente, de câmaras municipais, de sindicatos de trabalhadores, de entidades estudantis. Tais manifestações, todavia, não autorizam afirmar que a posição brasileira obteve o consenso da opinião nacional. O público acompanhou, com interesse, a evolução da situação de Cuba. O momento era de contestação do imperialismo. A atitude do Brasil de não acompanhar a política exterior norte-americana confundia-se com afirmação de soberania. Não-intervenção e autodeterminação dos povos eram então palavras de ordem (BUENO, 2002, p. 340).

Mesmo com o nítido avanço alcançado por Vizentini em relação à posição da PEI no âmbito do processo de descolonização, conforme anteriormente analisado, é nessa questão que se coloca um dos pontos mais instigantes da percepção de Bueno. Quando o autor se dedica ao estudo da posição da PEI sobre a independência de Angola, mesmo que ele tenha uma visão muito favorável da mesma situação no período Jânio Quadros, a crítica realizada demonstra de forma clara a tergiversação do Brasil através de sua tentativa de conciliação entre os interesses de Portugal e Angola. Embora o princípio de autodeterminação dos povos fosse um dos pilares mais importantes de sustentação da Política Externa Independente, nessa situação concreta ele não conseguiu ultrapassar o nível da retórica, em função da relação histórica que o Brasil mantinha com Portugal (BUENO, 2002, p. 342-343).

Embora Clodoaldo Bueno não seja explícito, parece-nos que ele corrobora a ideia de Pedro Malan de que, após a Crise dos Mísseis de outubro de 1962, tenha havido um refluxo da Política Externa Independente. Essa impressão nos é passada pelo próprio subcapítulo com o qual é tratado o período da PEI no governo João Goulart²⁸, assim como pelo reduzidíssimo número de páginas em que o autor trata da PEI após o referido evento, abarcando apenas duas páginas a partir do subtítulo *A última etapa*. Não obstante, é possível perceber, nesses poucos parágrafos, que o autor tem uma perspectiva bastante favorável sobre a atuação de Araújo Castro como ministro das Relações Exteriores²⁹, o que se distancia grandemente da perspectiva de Moniz Bandeira, que chegou mesmo a insinuar que este ministro tivesse traído João Goulart, como da de Quintaneiro e Vizentini, que viram um retrocesso da política externa a partir da perda de seu componente político em razão do econômico, algo que se aproxima daquilo que, logo no início desse texto, José Honório Rodrigues criticava no período imperial brasileiro, quer seja, a absorção do político pelo jurídico (nessa conjuntura, o

econômico) e a consequente perda do uso da política externa como fator de desenvolvimento para o país.

Conclusão

A Política Externa Independente mostrou ser uma proposta de política externa bastante peculiar. Sua maior meta foi tentar absorver os benefícios possíveis que a conjuntura internacional bipolar típica da Guerra Fria lhe permitiam. Sem ter procurado privilegiar qualquer um dos blocos na disputa internacional, acabou despertando o interesse dos dois projetos de desenvolvimento para o Brasil.

Porém, e diferentes leituras podem ser feitas a esse respeito, nunca antes a política externa brasileira teve tanto vigor nos setores populares do país. Se há dúvidas quanto à existência do interesse nacional pela política externa no período, o mesmo não pode ser dito sobre a quebra do caráter elitista em relação às decisões internacionais. Isso está comprovado pelas reverberações que a PEI alcançou, tanto à direita quanto à esquerda no espectro político. Serviu tanto para aglutinar apoios, como para desestabilizar o governo.

A tentativa de estabelecer a história da Política Externa Independente é bastante modesta nesse artigo. Não é esse o nosso objetivo. Buscamos, e essa talvez seja a contribuição do nosso trabalho, demonstrar como alguns historiadores que se diferenciam entre si tanto por suas perspectivas teóricas quanto pela passagem do tempo (que permite novas abordagens, com novos métodos e objetivos) entenderam a PEI, dentro do processo de escrita da História.

Ainda nos limites a que este trabalho se propôs, procuramos, sempre que possível, cruzar as interpretações elaboradas desde o início dos anos 1960 até os dias de hoje sobre a PEI. Perceber, através desse cruzamento, os avanços e os recuos nas interpretações acerca da Política Externa Independente no governo João Goulart se configurou num exercício de análise bastante interessante, dado que as conexões entre política interna e política externa se mostraram recorrentemente presentes, confirmando a afirmação de Jean-Baptiste Duroselle de que não existe nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna (DUROSELLE *apud* MILZA, 2003, p. 369).

Referências bibliográficas

BETHELL, Leslie. Brasil. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina: Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BUENO, Clodoaldo. Da Agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 149-363.

DANTAS, Francisco C. San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004, p. 205-215.

———. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1988.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961 In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ogs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 301-342.

———. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1993.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O Breve Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KOCH, Rodrigo. *Universidade 1963 – História e resultados dos Jogos Mundiais Universitários de Porto Alegre*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas e internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ªed. Tomo III: O Brasil Republicano; v. 4: economia cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 51-106.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: Que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 365-399.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.155-194.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *Universidade de 63: Reconstrução da memória através da perspectiva dos jornais*. 179 f. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas Relações Internacionais: 1945-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. 17ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PADRÓS, Enrique Serra; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *68: História e Cinema*. Porto Alegre: EST, 2008.

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE. A crise do Pan-Americanismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

REZENDE, Renato Arruda de. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. 115 f. Dourados: UFGD, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

RODRIGUES, José Honório. Uma política externa própria e independente. In: *POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE: A crise do Pan-Americanismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 15-39.

———. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. 248 f. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TARR, David. *Nos bastidores da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1966.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações Internacionais e desenvolvimento: O nacionalismo e a Política Externa Independente*. Petrópolis: Vozes, 1995.

———. *A Guerra Fria – O desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

¹ Este artigo faz parte do primeiro capítulo de minha tese de doutorado que está sendo desenvolvida sob a orientação da Prof. Dra. Carla Brandalise na UFRGS.

² Professor de História no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL) – Campus Charqueadas. E-mail: csmd@terra.com.br

³ Esses dois atos do governo Dutra são exaustivamente analisados por REZENDE, 2006.

⁴ Segundo Vânia Maria Moreira, o nacionalismo-econômico almejava que o desenvolvimento fosse feito em bases nacionais, com empréstimos de governo a governo. Na impossibilidade deste, propunham controle sobre a remessa de lucros, *royalties* e dividendos para fora do país, exclusividade de investimentos estatais nos setores estratégicos da economia e a política externa independente, para garantir uma industrialização centrada nos interesses internos do país, e não na bipolarização da Guerra Fria (MOREIRA, 2003, p. 172-173). Na nossa perspectiva, o nacionalismo-econômico é a matriz do nacional-reformismo.

⁵ O Brasil compareceu à Conferência como observador, sendo representado pelo diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes, que, em seu retorno, entusiasmado com o que viu e ouviu, escreveu o livro “O Brasil e o Mundo Ásio-Africano”, em novembro de 1955. Agradeço a informação ao parecerista anônimo da revista Aedos.

⁶ O reatamento das relações diplomáticas com a URSS realizado por João Goulart foi motivo de grande polêmica à época no Brasil; muitas disputas políticas foram travadas em torno desse ato diplomático, como demonstra DOMINGOS, 2010.

⁷ “Este estudo foi objeto de dois artigos, publicados no Jornal do Brasil, de 10 e 17 e junho de 1962. Ao divulgar novamente o referido estudo, a direção de Política Externa Independente o faz convencida de que as observações do eminente historiador, Professor José Honório Rodrigues, são hoje mais oportunas e pertinentes do que à época de sua divulgação inicial.” (*POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE*, 1965, p. 15)

⁸ “Somos sócios do Ocidente, declarou seu principal idealizador [da OPA] Augusto Frederico Schmidt.” (RODRIGUES, 1966, p. 67) Interpolações nossas.

⁹ Com as comemorações dos 40 anos de 1968, muitos seminários foram realizados nas universidades brasileiras. Fruto de um desses seminários é o livro **68: História e Cinema**, no qual diversas conjunturas são analisadas, tanto no Brasil como no exterior. Ver PADRÓS; GUAZZELLI, 2008.

¹⁰ A “Aliança Para o Progresso” foi uma política do governo dos Estados Unidos para a América Latina, como resposta aos efeitos revolucionários da Revolução Cubana. O tema é tratado com profundidade por SILVA, 2008.

¹¹ “É de se lamentar, apenas, que um governo inepto e ineficaz, propenso ao paternalismo e a concessões de toda ordem, sem uma diretriz firme e determinada, movido tão apenas pela nostalgia do mando paternalista, tenha levado de roldão, por incapacidade administrativa interna que exacerbou e intimidou a classe média brasileira, o esforço de quase duas décadas, no sentido de uma formulação precisa dos problemas que afetavam a nacionalidade” (ODÁLIA, 1968, p. 367).

¹² “manteve a política externa independente, que Lacerda e os três Ministros militares (Denis, Heck e Moss) combateram. Em menos de três meses de Governo parlamentar, o Ministro das Relações Exteriores, Francisco de San Tiago Dantas, restabeleceu as relações diplomáticas com a União Soviética (o que Quadros prometera e não cumprira) e continuou a rechaçar as sanções contra Cuba, propostas pelos Estados Unidos, como preparativo da intervenção armada, sob a cobertura da Organização dos Estados Americanos” (MONIZ BANDEIRA, 1977, p. 46-47).

¹³ Note-se que Odália enaltecia a PEI enquanto gerenciada por San Tiago Dantas, mesmo reconhecendo que ela tinha sido iniciada com Jânio Quadros (ODÁLIA, 1968, p. 365-366).

¹⁴ “O Ministro San Tiago Dantas não traçou a política externa de que foi executor. Foi executor de uma política traçada pelo Governo (...) que o Conselho de Ministros aprovou”. Declaração de Goulart para o Diário de Notícias, RJ, 24/25-6-1962 (MONIZ BANDEIRA, 1977, p. 57-58).

¹⁵ “Os Estados Unidos preferiam, porém, que a invasão, assim como o golpe de Estado, se revestisse de aparência legal e para tanto o Chanceler Araújo Castro, por solicitação de Castelo Branco, diligenciara a revitalização do Acordo Militar de 1952, através da assinatura do *ajuste pormenorizado* de 31 de janeiro de 1964”. Segundo Moniz Bandeira, os Estados Unidos queriam revestir a Operação Brother Sam de um caráter legal e Araújo Castro teria assinado acordo que legitimaria a invasão sem o conhecimento do presidente Goulart (MONIZ BANDEIRA, 1977, p. 175).

¹⁶ Os ministros das Relações Exteriores durante o período em que a Política Externa Independente foi a diretriz geral das relações externas brasileiras foram: Afonso Arinos (janeiro-setembro/1961 Governo Jânio Quadros), San Thiago Dantas (setembro/1961-julho/1962), Afonso Arinos (julho-setembro/1962), Hermes Lima (setembro/1962 – junho/1963), Evandro Lins e Silva (junho-agosto/1963) e João Augusto de Araújo Castro (agosto/1963-abril/1964).

¹⁷ O termo mundialização lhe é tributário do texto de José Honório Rodrigues, conforme nota 150, p. 96 (MALAN, 1995, p. 95-96).

¹⁸ “(a) Cuba e as questões de autodeterminação e não intervenção; (b) relações com países socialistas, em especial com a União Soviética; (c) anticolonialismo na África; (d) apoio à inclusão na agenda da Assembleia das Nações Unidas da questão de ingresso na organização da República Popular da China” (MALAN, 1995, p. 97).

¹⁹ “Esta [a PEI] não representava uma inovação completa, na medida em que se estruturava como continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Vargas e Kubitschek, e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial. No entanto, a PEI era explicitada num conjunto de princípios articulados, extrapolava o âmbito regional e abria perspectivas mundiais, ultrapassava as vacilações dos governos anteriores e dava à política externa um perfil e um lugar de destaque na vida nacional” (VIZENTINI, 1995, p. 177). Interpolações nossas.

²⁰ “O problema era que Schimidt e Kubitschek acreditavam ser ainda os aliados privilegiados dos EUA, e moveram-se, sobretudo dentro das relações hemisféricas” (VIZENTINI, 1995, p. 192-193).

²¹ “A primeira fase da Política Externa Independente abarcou o governo Jânio Quadros, e nela esse enigmático simpatizante de De Gaulle, Nasser e Tito apoiou-se numa espécie de neutralismo temperado, visando obter uma posição importante para o Brasil no cenário mundial. Na Segunda fase, de agosto de 1961 a fins de 1962, existe uma acentuada continuidade mas a crise interna, a polarização ideológica e a necessidade de melhorar o relacionamento com os EUA fazem a PEI alterar sua importância na vida nacional, embora se concretizem algumas promessas da primeira fase. A derradeira etapa, que se estende por 1963 e o primeiro trimestre de 1964, é influenciada por Araújo Castro, o qual busca concentrar-se nos aspectos ligados ao desenvolvimento” (VIZENTINI, 1995, p. 194).

²² O autor observa um “interregno” na política externa brasileira da morte de Vargas (1954) até a implementação da OPA (1958) no governo Juscelino Kubitschek.

²³ Vizentini aponta que Internamente, havia o financiamento de campanhas de candidatos de oposição ao governo por entidades como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Externamente, o recuo da URSS na questão dos Mísseis, por fraquezas próprias, dotou os EUA de confiança e otimismo.

²⁴ “Assim, de certa forma a Política Externa Independente deixava de ser um trunfo para se tornar quase um ônus dentro do esquema político” (VIZENTINI, 1995, p. 236).

²⁵ Segundo Vizentini, o Neutralismo foi proposto inicialmente, por Nehru, como uma ativa diplomacia caracterizada pelo não-alinhamento na Guerra Fria e por ter um caráter anticolonial acentuado. Foi um dos elementos da Conferência de Bandung (1955), sendo um dos embriões do conceito de Terceiro Mundo.

²⁶ Vizentini seguiu a mesma linha de raciocínio de Moniz Bandeira a partir da informação deste do acordo assinado por Araújo Castro com os EUA sem o conhecimento do presidente.

²⁷ Bueno emprega o termo “universal” para se referir ao alcance da PEI, enquanto Malan e Vizentini utilizam-se do termo “mundialização”.

²⁸ “João Goulart – Parlamentarismo (7 de setembro de 1961/ 31 de março de 1964)” (BUENO, 2002, p. 328). É de bom conhecimento, que a partir de 23 de janeiro de 1963 o país passara a voltar ao presidencialismo.

²⁹ “João Augusto de Araújo Castro (de agosto de 1963 a março de 1964). As concepções deste diplomata a respeito dos interesses nacionais não só se coadunavam com os fundamentos da PEI, como também os aprofundavam.” (BUENO, 2002, p. 349)